

Prova Avaliativa do Programa de Formação

SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas;

TEMPO

- 3 horas é o tempo disponível para a realização da prova.
- 1 hora após o início da prova é possível retirar-se da sala.
- **NÃO será permitido levar o caderno de provas.**

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas

Técnicas de Comunicação Escrita

Texto

ÁGUA PARA TODOS

Cerca de 70% da superfície do planeta é constituída de água, mas a água doce representa apenas aproximadamente 2,5% desse total. Além disso, somente uma pequena parcela de água doce encontra-se acessível ao homem em rios, lagos e aquíferos. O restante permanece intocável em geleiras, calotas polares e lençóis subterrâneos profundos.

Graças ao seu ciclo natural, a água é um recurso renovável, mas suas reservas não são ilimitadas. No século XX, a população mundial triplicou, as superfícies irrigadas foram multiplicadas por seis e o consumo global de água aumentou sete vezes. Se o consumo continuar crescente como nas últimas décadas, todas as águas superficiais do planeta estarão comprometidas em 2100. Hoje, cerca de metade das terras emersas enfrenta o problema de falta de água.

Cerca de 13% dos recursos hídricos mundiais concentram-se no Brasil. Essa aparente abundância, além de estimular uma atitude cultural de desperdício, esconde grandes variações regionais. Na Amazônia, onde vive menos de 10% da população do país, estão 70% dos recursos hídricos. Na Região Sudeste, que abriga 42% dos brasileiros, os recursos hídricos disponíveis são de 6%. No Nordeste (28% da população) estão 3,3% desses recursos.

(*Maria Raquel Apolinário, Moderna, SP, 2014*)

1

O título dado ao texto, *Água para todos*, se justifica porque

- (A) expressa um desejo do autor do texto.
- (B) indica uma crítica ao abastecimento de água.
- (C) mostra o principal problema das grandes metrópoles.
- (D) destaca o interesse político das autoridades.
- (E) refere-se à realidade atual do abastecimento de água.

2

Considerando-se que a expressão “*cerca de*” indica uma quantificação aproximada.

Assinale a opção que mostra uma inadequação no emprego dessa expressão.

- (A) Cerca de 70%
- (B) Cerca de 13%
- (C) Cerca de 10%
- (D) Cerca de 30%
- (E) Cerca de 100%

3

Assinale a opção que apresenta o segmento do texto em que a preposição de apresenta o sentido de “agente”.

- (A) “*Cerca de 70% da superfície do planeta é constituída de água*”.
- (B) “*somente uma pequena parcela da água doce*”.
- (C) “*o consumo global de água aumentou sete vezes*”.
- (D) “*todas as águas superficiais do planeta*”.
- (E) “*enfrenta o problema de falta de água*”.

4

“Cerca de 70% da superfície do planeta é constituída de água, mas a água doce representa apenas aproximadamente 2,5% desse total”.

A conjunção mas mostra uma oposição. Assinale a opção que indica os sentidos que se opõem.

- (A) A superfície do planeta é constituída de água salgada e a água doce representa 2,5% dessa água.
- (B) 70% da superfície do planeta é constituída de água, mas apenas 2,5% da superfície total é constituída de água doce.
- (C) Dos 70% de água da superfície do planeta, somente 2,5% correspondem à água doce.
- (D) Apenas 2,5% da superfície do planeta dispõem de água doce, pois o restante da superfície é de água salgada.
- (E) Apesar de só 2,5% da superfície planetária corresponderem à água doce, o restante é constituído de água salgada.

5

A expressão “graças a” está mal-empregada na seguinte frase:

- (A) Graças a São Pedro, a água não vai faltar.
- (B) Graças ao meu estudo, fui aprovado.
- (C) Graças a Deus, as chuvas voltaram às nascentes.
- (D) Graças ao óleo na pista, o ônibus derrapou.
- (E) Graças aos concursos, muitos arranjam trabalho.

6

“Cerca de 70% da superfície do planeta é constituída de água, mas a água doce representa apenas aproximadamente 2,5% desse total”.

A palavra apenas, nesse caso, indica que o autor do texto

- (A) critica a falta de chuvas.
- (B) acha muito reduzida a quantidade de água doce.
- (C) considera a água doce de menor importância.
- (D) pensa que a quantidade de água salgada é muito grande.
- (E) protesta contra a má distribuição da água entre os países.

7

Assinale a opção que não se insere entre os aspectos negativos da água no mundo.

- (A) Sua reduzida quantidade.
- (B) Suas reservas limitadas.
- (C) Sua má distribuição geográfica.
- (D) Sua difícil acessibilidade.
- (E) Sua natural renovação.

8

Segundo o texto, o desperdício de água, comum no Brasil, se deve

- (A) à ausência de fiscalização.
- (B) à falta de educação pública.
- (C) à grande quantidade de água disponível.
- (D) ao desprezo popular pelo meio ambiente.
- (E) à ausência de campanhas educativas.

9

Assinale a opção que indica o verbo de estado que tem seu valor semântico apontado corretamente.

- (A) “Além disso, somente uma pequena parcela de água doce encontra-se acessível ao homem em rios, lagos e aquíferos”. / aparência de estado
- (B) “O restante permanece intocável em geleiras, calotas polares e lençóis subterrâneos profundos”. / continuidade de estado
- (C) “Graças ao seu ciclo natural, a água é um recurso renovável...” / estado transitório
- (D) “...mas suas reservas não são ilimitadas”. / mudança de estado
- (E) “Se o consumo continuar crescente como nas últimas décadas...” / estado permanente

10

Em todos os casos abaixo há a junção de um substantivo + adjetivo. Assinale a opção em que essa ordem de classes gramaticais está invertida.

- (A) Aparente abundância.
- (B) Lençóis subterrâneos.
- (C) Ciclo natural.
- (D) Atitude cultural.
- (E) Recursos hídricos.

O processo no TCM

11

As representações contra possíveis irregularidades em atos que importam gasto de recursos públicos podem ser formuladas ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo por

- (A) pessoas físicas, desde que sejam ocupantes de cargos na Administração Pública, por magistrados e promotores.
- (B) qualquer cidadão, partidos políticos, associações, sindicatos.
- (C) qualquer pessoa jurídica que seja de direito público e pessoas físicas.
- (D) qualquer cidadão e partidos políticos constituídos há mais de dez anos, com representação na Câmara Municipal.
- (E) pessoas físicas, sendo vedada a representação por pessoas jurídicas.

12

O Regimento Interno é a norma que fixa as regras de organização interna e processual do Tribunal de Contas.

Sua alteração deve ser feita

- (A) pelo Tribunal Pleno, composto pelos cinco conselheiros, o prefeito e o presidente da Câmara Municipal.
- (B) pelas Câmaras Julgadoras, que votarão, cada uma, em duas sessões.
- (C) pela Câmara Municipal, mediante projeto de lei de iniciativa do Tribunal de Contas.
- (D) pelo Tribunal Pleno, no exercício de competência atribuída pelo próprio Regimento.
- (E) pela Câmara Municipal, mediante projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo.

13

O Prefeito do Município de São Paulo encaminhou ao Tribunal de Contas consulta sobre a possibilidade de conceder aposentadoria a determinado servidor público, apresentando para tanto, todas as dúvidas de interpretação da norma, acompanhadas de parecer jurídico expedido pela Procuradoria Geral do Município e de documentos pessoais do servidor, seu prontuário no serviço público municipal e demais documentos que comprovavam o atendimento dos requisitos exigidos em lei.

Recebida a consulta, o Conselheiro Relator deverá

- (A) proferir decisão pelo não conhecimento, considerando que a consulta não preenche os requisitos de admissibilidade.
- (B) encaminhar a consulta ao Instituto de Previdência Municipal, considerando que a matéria tratada é de sua competência, para que a resposta em tese e com efeito normativo.
- (C) conhecer da consulta e encaminhá-la à Procuradoria da Fazenda Municipal para decisão.
- (D) dispensar o exame de admissibilidade e levar a consulta, em regime de urgência, à apreciação do Tribunal Pleno.
- (E) conhecer da consulta e submetê-la à apreciação do Tribunal Pleno.

14

De acordo com a organização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a Procuradoria da Fazenda Municipal

- (A) exerce a competência de fiscal da lei, atuando em substituição ao Ministério Público.
- (B) é órgão interno do Tribunal de Contas, subordinado à Secretaria Geral.
- (C) se manifesta nos feitos de seu interesse, selecionados de acordo com critérios de relevância e urgência.
- (D) atua como representante processual institucional do Município de São Paulo.
- (E) faz a defesa processual da Administração Direta, não intervindo nos demais feitos.

15

As contas anuais do Prefeito e do próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo serão submetidas

- (A) a uma das Câmaras, compostas por três conselheiros, que emitirá parecer pela sua aprovação ou rejeição.
- (B) ao Tribunal Pleno, que emitirá acórdão, decidindo pela aprovação ou rejeição.
- (C) ao Tribunal Pleno, que emitirá parecer pela sua aprovação ou rejeição.
- (D) ao Governador do Estado, nos termos da Constituição do Estado.
- (E) ao Tribunal Pleno para decisão de primeira instância, contra a qual caberá pedido de revisão.

16

Em relação aos conselheiros do Tribunal de Contas do Município, de São Paulo é correto afirmar que

- (A) são escolhidos por eleição indireta, entre três pessoas indicadas pelo Prefeito.
- (B) devem atender as mesmas exigências impostas aos Ministros do Tribunal de Contas da União, pelo princípio da simetria.
- (C) ocupam cargo de provimento efetivo.
- (D) estão hierarquicamente subordinados ao Prefeito Municipal.
- (E) devem possuir formação universitária em Direito ou Administração e ilibada reputação.

17

A empresa XYZ Ltda. representou ao Tribunal de Contas, informando que o edital de licitação para realização e obra contém ilegalidades que diminui a competição entre os interessados e atribui privilégios a certo grupo de empresas, razão pela qual requer, como medida cautelar, a suspensão da abertura da licitação designada para daqui a dois dias.

Distribuída a representação ao Relator, ele deverá

- (A) indeferir liminarmente a Representação, uma vez que a competência do Tribunal de Contas alcança apenas atos que impliquem gasto de recursos públicos, o que não compreende o exame de licitações e seus editais.
- (B) receber a Representação e encaminhá-la aos órgãos técnicos do Tribunal de Contas, para manifestação, após o que a levará a julgamento do Tribunal Pleno.
- (C) receber a Representação, decidir sobre o pedido de suspensão cautelar e intimar a representada para que exerça seu direito de defesa.
- (D) indeferir a Representação, porque pessoa jurídica não tem legitimidade para informar irregularidades ao Tribunal de Contas.
- (E) receber a Representação e determinar imediatamente a anulação da licitação.

18

Ao participar de um concurso público realizado pela Secretaria Municipal da Saúde o cidadão J.V.P. constatou sérias irregularidades que implicavam ofensa ao princípio da isonomia, o que o levou a formular e apresentar denúncia ao Tribunal de Contas do Município, dirigida ao Secretário Geral.

A denúncia foi elaborada por escrito e foi acompanhada apenas de cópia do edital do concurso público e de sua ficha de inscrição.

Recebida a denúncia e distribuída ao Relator, ele deverá

- (A) conhecer da denúncia e determinar sua tramitação, convocando todos os demais participantes do concurso para depor, em respeito ao princípio do contraditório.
- (B) rejeitar a denúncia por não estar acompanhada do título de eleitor do representante.
- (C) conhecer da denúncia e determinar sua tramitação, com intimação da secretaria de saúde, em respeito aos princípios do contraditório e do formalismo moderado.
- (D) conhecer da denúncia e a levar imediatamente à decisão do Tribunal Pleno.
- (E) rejeitar a denúncia, por ter sido endereçada à autoridade que não dispõe de competência para dela conhecer.

19

Em julgamento pelo Tribunal de Contas do Município um contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa XYZ Ltda. Durante a instrução do processo, a contratada não é intimada a comparecer aos autos. Julgado irregular o contrato, a contratante e a contratada são intimadas a conhecer da decisão e lhes é facultada a interposição de recurso. A empresa XYZ interpõe recurso, alegando cerceamento de defesa e defendendo a legalidade do contrato.

Em exame ao recurso, o Tribunal Pleno deverá

- (A) rejeitar a alegação de cerceamento de defesa, pois a intimação deve ser feita aos jurisdicionados do Tribunal de Contas, o que não compreende empresas privadas.
- (B) aceitar a alegação de cerceamento de defesa, porque a contratada deveria ser intimada, já que a decisão do Tribunal de Contas causa impacto a ela.
- (C) rejeitar a alegação de cerceamento de defesa, porque o princípio do contraditório não se aplica a processos administrativos.
- (D) rejeitar a alegação de cerceamento de defesa, uma vez que a interposição do recurso administrativo supre a ausência de intimação na fase instrutória do processo.
- (E) aceitar a alegação de cerceamento de defesa, considerando suas razões apresentadas na fase recursal.

20

As contas anuais do Prefeito serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Município até

- (A) 31 de março, para que sejam apreciadas pelo Tribunal Pleno, em sessão extraordinária, realizada em até 90 dias do recebimento das contas anuais.
- (B) cinco meses do encerramento do exercício, para que sejam apreciadas pelo Tribunal Pleno, em sessão extraordinária, realizada em até 90 dias do recebimento das contas anuais.
- (C) 31 de março, para que sejam apreciadas pela Primeira Câmara, em sessão secreta, realizada em até 90 dias do recebimento das contas anuais.
- (D) 31 de março, para que sejam apreciadas pelo Presidente, em sessão extraordinária, realizada em até 60 dias do recebimento das contas anuais.
- (E) cinco meses do encerramento do exercício, para que sejam apreciadas pelo Tribunal Pleno, em sessão ordinária, realizada em até 90 dias do recebimento das contas anuais.

Introdução à fiscalização

21

Numa auditoria externa realizada num determinado órgão público, referente à movimentação financeira no período de abril a junho de 2015, o auditor constatou que o órgão autorizou o pagamento de três empenhos relativos a compras de produtos de consumo sem o devido ateste de recebimento.

A fim de evidenciar os exames realizados, bem como dar suporte à opinião, as provas obtidas no curso da auditoria devem ser registradas

- (A) no programa de auditoria.
- (B) no memorando dirigido à chefia da fiscalização.
- (C) no certificado de controle interno.
- (D) nos papéis de trabalho.
- (E) no relatório de auditoria.

22

A pessoa do auditor deve seguir os princípios básicos da profissão, entre eles

- (A) a integridade, a tempestividade e o comportamento profissional.
- (B) a competência, o zelo profissional e a confidencialidade.
- (C) a cumplicidade, a uniformidade e a conduta impecável.
- (D) a objetividade, o conformismo e a educação para com o auditor e o auditado.
- (E) o zelo profissional, a oportunidade e o perfil investigativo.

23

No decorrer dos trabalhos de auditoria, o auditor deve estar sempre alerta às eventuais ocorrências de fraude e informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos registros contábeis.

Essa postura do auditor é descrita como

- (A) ética profissional.
- (B) ceticismo profissional.
- (C) oportunidade.
- (D) capacidade investigativa.
- (E) avaliação crítica.

24

Sobre a elaboração e a aplicação da entrevista, como uma técnica de auditoria, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As entrevistas de coletas de dados classificam-se como não estruturadas e estruturadas.
- (B) As modalidades e tipos de entrevista podem ser conduzidas por meio do contato direto, contato telefônico ou contato por correio (ou endereçamento eletrônico).
- (C) Na entrevista de apresentação devem ser discutidos com o auditado o tempo e o cronograma de trabalho, a utilização de recursos do auditado (como espaço físico), transporte, apoio logístico e solicitação de documentos preliminares
- (D) Para uma consistente coleta de dados, é importante para os membros da equipe de auditoria acordar sobre os objetivos e escopo da auditoria, informações a serem obtidas, documentos a serem solicitados e o papel de cada membro da equipe no decorrer da entrevista.
- (E) No desenvolvimento da entrevista, utilizando-se *questões abertas*, deve-se estimular que o auditado forneça respostas objetivas do tipo dicotômicas: sim/não; falso/verdadeiro.

25

De acordo com a legislação que rege a matéria, o recebimento do objeto do contrato administrativo de obras deve ser feito

- (A) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado.
- (B) pela autoridade licitante, após parecer técnico do responsável pelo acompanhamento do contrato e declaração de conformidade do contratado.
- (C) provisoriamente, pela autoridade licitante, e definitivamente, pelo gestor do contrato, mediante termo de aceite circunstanciado.
- (D) pelo gestor do contrato, mediante termos de aceite circunstanciado, podendo apor o seu aceite em caráter provisório quando a verificação de conformidade depender de manifestação técnica.
- (E) provisoriamente, pelo gestor do contrato, e definitivamente, por comissão técnica, composta de representantes da administração e do contratado.

26

Os contratos administrativos típicos diferenciam-se dos contratos privados, dentre outras características, pela

- (A) finalidade pública como seu pressuposto.
- (B) presença de pessoas jurídicas como contratantes.
- (C) natureza do objeto.
- (D) imposição de cláusulas exorbitantes.
- (E) presença do poder público como parte contratante.

27

Nos contratos administrativos

- (A) o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato; no entanto, essa responsabilidade é excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- (B) a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- (C) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.
- (D) a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, além de poder onerar o objeto do contrato e restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- (E) o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá, em qualquer hipótese, subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

28

De acordo com a Lei nº 8.666/93, assinale a opção que apresenta espécies de contratos administrativos, de acordo com o objeto e particularidades do ajuste.

- (A) obras, alienações, parcerias público-privadas e consórcios.
- (B) alienações, participações, obras e compras.
- (C) serviços, obras, concessões e participações.
- (D) obras, serviços, compras e alienações.
- (E) compras, obras, permissões e participações.

29

São prerrogativas do fiscal de contratos as seguintes atribuições:

- (A) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos.
- (B) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo).
- (C) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público.
- (D) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados).
- (E) todas as respostas anteriores estão corretas.

30

De acordo com o campo de atuação, a auditoria se divide em

- (A) governamental e privada.
- (B) interna e externa.
- (C) controle interno e controle externo.
- (D) poder executivo, legislativo e judiciário.
- (E) administração direta e indireta.

31

Determinada Secretaria Municipal impede o ingresso do agente de fiscalização do Tribunal de Contas do Município em sua repartição, alegando que não houve prévio agendamento da visita e que não há servidor da aludida secretária disponível para acompanhar o agente de fiscalização.

Nesse caso, a conduta da Secretaria em impedir a entrada do agente de fiscalização está

- (A) correta, pois as atuações de fiscalização dependem de prévio agendamento.
- (B) correta, pois a Secretaria Municipal não se submete à jurisdição do Tribunal de Contas do Município.
- (C) errada, pois o agente de fiscalização tem livre e imediato ingresso nas Secretarias Municipais.
- (D) errada, pois todo o cidadão tem o direito constitucional de ir e vir.
- (E) correta, pois a ausência de servidor da Secretaria para acompanhar o fiscal é motivo suficiente para realização de nova visita.

32

O Prefeito do Município de Morango, logo no início de seu mandato, recebeu repasse de verbas federais decorrentes de um convênio firmado com a União, por seu antecessor. Entretanto, o tempo decorrido entre a apresentação da proposta e a liberação dos recursos foi suficientemente grande para que o objeto proposto deixasse de ser considerado prioritário para o município.

Nesse caso, o Prefeito

- (A) poderá utilizar os recursos de maneira diferente daquela prevista no instrumento de convênio, desde que a finalidade seja de interesse público.
- (B) deverá entrar em contato com o órgão concedente, para renegociar os termos do convênio.
- (C) deverá devolver os recursos recebidos para o órgão concedente.
- (D) deverá seguir à risca o planejamento do convênio estabelecido no plano de trabalho aprovado, mesmo que haja outras áreas de atuação prioritária.
- (E) poderá anular o convênio, ante a ausência de interesse público em sua execução.

33

O Município de Morango necessita de pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos, nos padrões da iniciativa privada, de interesse da coletividade local, cuja autorização para sua criação se realizasse por lei específica.

Diante disso, deverá ser instituída uma

- (A) fundação.
- (B) autarquia.
- (C) empresa pública.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) agência reguladora.

34

Após regular procedimento licitatório, a empresa “*Limpeza com Segurança*” foi contratada pela Prefeitura Municipal de Morango, para prestar serviços de limpeza dentro da repartição.

Considerando a necessidade de prestação de serviços de segurança, questiona-se: poderá ser alterado o objeto de contrato de prestação de serviços de limpeza, para serviço de segurança, tendo em vista que a contratada é especializada também em segurança e a Prefeitura declara que o interesse público exige a alteração?

- (A) Sim, porque se trata de ato discricionário.
- (B) Sim, pelo poder da administração de alterar unilateralmente os contratos.
- (C) Não, porque se trata de serviço técnico especializado.
- (D) Não, pelo princípio da vinculação ao edital de licitação.
- (E) Depende, apenas será possível se o preço praticado pela empresa for compatível com o de mercado.

35

As secretarias municipais são

- (A) órgãos.
- (B) entidades.
- (C) pessoas jurídicas.
- (D) departamentos.
- (E) agências.

36

O Município de Morango contratou empresa privada para prestação de serviços de cobrança extrajudicial de tributos municipais. Os empregados da empresa contratada deveriam trabalhar dentro da repartição pública, sob as ordens hierárquicas do secretário de finanças e no horário normal de expediente dos servidores públicos.

Diante disso, questiona-se: está correta a conduta municipal?

- (A) Não, porque tais atividades só podem ser realizadas fora do horário de expediente da repartição para não prejudicar o trabalho dos servidores públicos.
- (B) Não, porque o Município deveria realizar concurso público para a contratação de servidores para desempenhar a atividade de cobrança de tributos municipais.
- (C) Sim, desde que se trate de terceirização realizada com cooperativa de trabalho, devidamente especializada nesse tipo de atividade.
- (D) Sim, desde que o Município tenha realizado prévio procedimento licitatório, por meio das modalidades pregão ou concorrência.
- (E) Sim, desde que haja anuência prévia e expressa do Tribunal de Contas, mediante resolução do Plenário.

37

Determinado Secretário Municipal foi condenado, pelo Tribunal de Contas do Município, a devolver aos cofres públicos o valor equivalente ao prejuízo que deu causa por desvio de verbas públicas em proveito próprio.

Nesse caso, a decisão do Tribunal de Contas do Município

- (A) torna a dívida líquida e certa, com eficácia de título executivo.
- (B) tem caráter de parecer e deverá ser submetido a julgamento pela Câmara Municipal.
- (C) depende de ação de conhecimento perante o Poder Judiciário para ter eficácia.
- (D) poderá ser substituída por prestação de serviços à comunidade.
- (E) deverá ser homologada pelo Prefeito Municipal.

38

Determinado Secretário Municipal, condenado, pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao pagamento de multa por ato ilegal, não recolheu a importância devida aos cofres públicos, no prazo fixado na decisão.

Nesse caso, a ação de execução compete

- (A) aos conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
- (B) aos agentes de fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
- (C) aos advogados privados contratados pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, mediante processo licitatório.
- (D) ao prefeito do Município de São Paulo.
- (E) aos procuradores do Município de São Paulo.

39

A obrigatoriedade, como regra, de realizar licitação aplica-se a entidades governamentais

- (A) prestadoras de serviço público.
- (B) de direito público.
- (C) de direito privado.
- (D) de direito público e privado.
- (E) que recebam recursos federais.

40

A modalidade de licitação a ser utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação, em que haja renovação de propostas, é

- (A) pregão.
- (B) concorrência.
- (C) tomada de preços.
- (D) convite.
- (E) leilão.

